

pobres do Rio de Janeiro (e do país)? Por que ela deixou de ser um elemento de democratização e de convivência multirracial, plurissocial? Ela é ou não é um instrumento de mudança social?

Foi no bojo das mudanças que se operavam na sociedade brasileira ao longo dos anos 20, 30 e 40 que a Educação passou por suas primeiras grandes reformas, nos três níveis de ensino: o primário, o médio e o universitário. Queria-se reaparelhar as instituições para as tarefas impostas pelo capitalismo emergente. É importante assinalar o peso do crescimento demográfico, aliado à urbanização e à industrialização, movimentos esses reforçados pela Revolução de 30. Nos últimos anos, sobretudo de 1964 aos nossos dias, o sistema educacional — que se instalara anteriormente — sofreu o impacto do empobrecimento das cidades.

O agravamento das condições de vida no Brasil, o desequilíbrio de seu crescimento, a desigualdade de seu desenvolvimento geraram uma suposta 8ª economia mundial e certamente uma nação desordenada, mal assimilada, brutalizada, constituída por milhões sempre crescentes de analfabetos, doentes, desempregados e marginalizados do processo capitalista de produção e consumo.

Na medida em que a sociedade capitalista brasileira delineia seus contornos perversos através da concentração da renda e da manutenção de privilégios, é óbvio que a escola pública, impossibilitada de ser a escola para todos, tenta ser universal nos conteúdos programáticos, recolhendo-se geográfica, social e culturalmente para a periferia dos centros urbanos e dos bairros de classe média. Cada vez mais empobrecidas, essas classes populares, no entanto, têm a consciência de que a educação básica deve ser um bem valorizado, sobretudo como estratégia de sobrevivência e de melhoria de vida. Mas como consegui-lo?

Cada vez mais destinada a ser um reduto das camadas populares, contra essa escola pública se ergue, em ruidoso coro, o interesse das classes dominantes para as quais a escola pública, gratuita e popular, só deixará de ser uma ameaça na medida em que for fisicamente deteriorada, pedagogicamente ineficaz, administrativamente falida e ineficiente. Em tal contexto não é difícil defender turnos múltiplos, ensino profissionalizante desde o primário. Daí classes numerosas e reprovações maciças, logo na 1ª série, como instrumento seguro de garantir a evasão escolar e limitar o acesso à cidadania plena.

Em tal contexto, ainda é muito fácil com-

Expulsar crianças de 7 a 12 anos das escolas é tão criminoso quanto o abandono físico dos prédios

prender o ataque cerrado às escolas de um só turno, com classes pequenas e lotação limitada, ministrando ensino de qualidade, capazes de romper, por fim, o círculo vicioso da escola pública vista e desejada como gueto dos pobres e deficientes intelectuais. Assim, os Ciep passam a ser o alvo predileto dos ataques, já que a essas escolas de tempo integral caberia reverter o fracasso escolar e tornar evidente o sucesso da instrução pública que, na prática, deve promover a "igualdade de oportunidade" para a conquista da cidadania.

No momento, quando essa nova concepção de escola no Brasil vem sendo estudada em teses

universitárias aqui e no exterior (lá com mais entusiasmo do que aqui), trata-se não só de construí-las fisicamente, mas evitar que no seu interior se reproduzam contra as crianças pobres os mesmos preconceitos que declararam a falência de todo o esforço educacional no Brasil.

Expulsar crianças de 7 a 12 anos das escolas com base em exames e provas, com premissas não explicitadas e mesmo equivocadas, é tão criminoso quanto o abandono físico das escolas no país. A reprovação repetida de crianças de 7, 8, 9 anos não pode definir de maneira inexorável o destino dessas crianças. Assim como qualquer ser humano é sujeito e objeto de conhecimento, a criança também deve receber e construir o seu saber. A escola tem de levar em conta a criança nas suas condições de vida, no seu conteúdo cultural, nos seus ritmos e aptidões, sem isso a criança não poderá ser sujeito do seu processo de aprendizagem.

Em países que já passaram por todas essas experiências e cujos resultados foram incorporados ao seu processo de desenvolvimento, tem-se recusado a avaliação seletiva como critério de promoção do aluno. São esses os países — onde a riqueza social é mais bem distribuída — que formam os grandes pensadores e técnicos ganhadores dos prêmios Nobel. À luz dessa experiência já vivida, passamos a difundir, através de seminários, palestras e cursos, o

princípio da promoção contínua entre nossos professores de primeiro grau. Acreditamos que somente com professores preparados para lidar e avaliar o aluno, respeitando suas culturas e diferenças, poderemos assegurar o direito constitucional de escolarização para todos entre 7 e 14 anos, por oito anos consecutivos.

Trata-se de substituir velhos hábitos de aferição de conhecimentos por novas metodologias de acompanhamento permanente e continuado da aprendizagem escolar da criança, de tal forma que a reprovação não seja mais o parâmetro de eficácia da escola. O importante não é somente garantir o acesso da criança à escola mas, sim, o de nela permanecer avançando no desenvolvimento de suas aptidões.

Vemos, assim, que o objetivo da escola básica deverá ser o de fornecer os fundamentos para o aluno prosseguir na sua educação. Para isso, deve-se incentivar a fantasia, a iniciativa, a autonomia e a cooperação social, como elementos básicos da formação psicológica do homem. É a isso que chamamos de ensinar a ler, escrever e contar, objetivo da escola fundamental.

